

Porta-voz tira Sarney do caso da água ^{De seu menu}



Ontem, a Caesb permaneceu de portões fechados à espera da visita do governador Aparecido, hoje

Aparecido ainda não tem nomes da Caesb

O governador José Aparecido, afirmou ontem que ainda não escolheu os nomes que vão compor a nova diretoria da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (Caesb), em substituição aos diretores demitidos por ele na última segunda-feira, depois das denúncias de que a comunidade brasileira consome água contaminada por bactérias. "Tenho pressa de acertar. De errar, não", disse Aparecido, dando entender que a escolha dos quatro nomes que vão compor a nova diretoria do órgão requer um trabalho paciente.

Por outro lado, Aparecido acredita que não haverá mais a greve dos 2.500 funcionários da Caesb, que seria decidida logo mais às 13 horas, em assembleia geral da categoria, a ser realizada no Setor Comercial Sul. Eles querem incorporação aos seus salários do abono de 30 por cento que o GDF concedeu à categoria em outubro passado, além de um reajuste salarial de 22,5 por cento. Aparecido disse ontem que não tem condições de atender essas reivindicações, mesmo reconhecendo a defasagem do poder de compra dos salários, diante da inflação.

Acéfala

Segundo afirmações do secretário Carlos Murilo, do Serviço Público, a greve dos funcionários da Caesb não sairá porque "a diretoria do órgão está praticamente acéfala". E acrescentou que, na reunião feita na manhã de ontem entre os representantes dos funcionários do órgão e do GDF, foi feito um pedido aos trabalhadores, para que o governo tenha mais tempo para estudar, com calma, a viabilidade das reivindicações de caráter econômico.

Da reunião de ontem pela manhã, participaram ainda o chefe do Gabinete Civil do GDF, Guy de Almeida e os secretários Chagas Rodrigues, do Trabalho, José Carlos Mello, do Governo, e Francisco Pinheiro Brandes, da Administração. A tarde, o governador José Aparecido, em conversa com jornalistas, explicou que o movimento dos trabalhadores da Caesb não tem nada a ver com a demissão da diretoria do órgão.

Servidor adia sua assembleia

Os trabalhadores da Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (Caesb), preocupados com a citação de suas reivindicações salariais entre as notícias sobre a contaminação na água potável de Brasília, divulgaram, ontem, através de sua Associação — Síndagua, uma nota de esclarecimento à comunidade, adiando uma assembleia que estava programada para ser realizada no dia de hoje.

Na assembleia, seria discutida a paralisação da categoria, que quer a incorporação de 30% a mais nos salários e uma reposição de 22,5%. A Síndagua, por não querer a contaminação de seu movimento com os problemas da Caesb resolveu adiar a assembleia para o dia 22, quando já terá também uma resposta do governador.

O governador, por intermédio do chefe da Casa Civil, Guy de Almeida, criou uma Comissão de alto nível para estudar as propostas da Associação. A Síndagua, que significa Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgoto do Distrito Federal, reúne 1.200 membros entre os 2.300 funcionários da Caesb.

Segundo seu presidente, Carlos

apesar de acontecer praticamente no mesmo período.

Poluição

— Eu tenho toda razão para fazer o que fiz, porque eles não tinham nenhuma razão para fazer o que fizeram, disse Aparecido, referindo-se a demissão coletiva que promoveu na diretoria da Caesb. Foram demitidos: Laélcio Ladeira de Sousa, superintendente; Carlos Clementino Moreira Filho, diretor de engenharia; Fernando Augusto Nunes de Oliveira, diretor de operações e Marcos França, diretor de administração e planejamento. Segundo as denúncias, refutadas pela diretoria demitida, a água consumida pelos 1,7 milhão de habitantes de Brasília — inclusive o presidente José Sarney — está apresentando um alto índice de poluição.

Esse índice, segundo as denúncias, representa um total de 2.400 bactérias de coliformes, para cada 100 mililitros d'água analisada. Segundo a revista "Isto É" desta semana, essa análise da água de Brasília foi solicitada pelo presidente José Sarney ao ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Sousa Mendes. O governador Aparecido refuta essa informação. "Não é verdade. O SNI não tem laboratório. Fui eu mesmo quem disse para o presidente Sarney que estávamos tendo problemas com a água", enfatizou.

Quanto à questão da greve dos 2.500 servidores da Caesb, Aparecido definiu o fato como "kafkiano", para mostrar o absurdo, segundo ele, das reivindicações econômicas que a categoria está fazendo. Aparecido disse que não pode e nem tem dinheiro para isso, promover uma reposição salarial apenas para os servidores 52,5 por cento. E explicou seus motivos:

— A alta do custo de vida — disse Aparecido — não faz homenagem a cozinha de ninguém. E eu não posso privilegiar os funcionários da Caesb e deixar outros segmentos do funcionalismo público de fora. O meu desejo é o de atender o mais número de reivindicações possíveis. Mas eu não posso porque o GDF não tem dinheiro para isto.

Benedito Pereira da Rocha, a Síndagua, não quer afrontar o governo Eis a "nota à comunidade":

"Os trabalhadores da CAESB, tendo em vista as notícias publicadas na imprensa nos dias 13 e 14, sobre indícios de contaminação na água potável de Brasília, vêm a público esclarecer o seguinte:

1 — Que nos sentimos, bastante sensibilizados com a intranquilidade que foi levada aos lares brasileiros pela veiculação dessas notícias.

2 — Que o movimento reivindicatório dos servidores da CAESB, havia marcado uma assembleia para hoje (15/1) quando se discutiria a possibilidade de uma paralisação, caso o Governo do Distrito Federal não atendesse às reivindicações de incorporação de 30% mais a reposição de 22,5%.

3 — E por acharmos que uma provável paralisação agora iria aumentar ainda mais a intranquilidade das famílias brasileiras, resolvemos adiar a assembleia mencionada para o dia 22.01.86, tendo em vista, ainda, que o Governo do DF solicitou novo prazo até o dia 21.01.86, quando deverão estar concluídas os estudos que atendem às nossas reivindicações.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita, negou ontem que o presidente José Sarney tenha denunciado a contaminação da água de Brasília. «O Presidente — disse o porta-voz — não detectou nada e em momento algum solicitou que o SNI analisasse a água que abastece o Palácio da Alvorada. Isto inclusive não é função do SNI».

O Presidente — segundo ele — só ficou sabendo deste assunto pelo próprio governador José Aparecido que lhe telefonou para conferir as notícias divulgadas pelos jornais. Sarney, depois de desmentir sua participação no caso, indagou se esta contaminação apresentava algum perigo para a população. O Governador respondeu que não, pois todas as providências já teriam sido tomadas.

«Eu não sei como o Palácio da Alvorada entrou nesta história — comentou Fernando César — o único envolvimento do Palácio é estar na área em que a água de Brasília apresenta esta contaminação».

Instituto nada sabe sobre exame

"O exame da água consumida na Capital, encaminhado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), por determinação do presidente José Sarney, não foi feito em Brasília e por isso nós desconhecemos o assunto", afirmou ontem o gerente do Departamento de Bromatologia do Instituto de Saúde do Distrito Federal, Luis Carlos Pereira Duarte. Segundo ele, não existe laboratório em Brasília que detecte a bactéria do grupo coliforme de origem fecal.

A bióloga Nelma do Carmo Faria também afirma o mesmo e lembra que o Instituto não tem poderes para falar, já que sequer sabe se o material foi colhido em condições exigidas por um laboratório. "Um frasco não imunizado pode alterar definitivamente as condições de origem do produto", acentuou.

Polêmica

A polêmica em torno da contaminação da água de Brasília começou na primeira semana de setembro de 1984, de forma acidental, quando um dos filtros do laboratório de Nutrição, do Centro de Medicina Tropical da Universidade de Brasília emperrou. "O filtro — lembra o professor José Dória — retinha demais as partículas de água, devido uma substância aquosa". O professor Dória pediu que a água fosse examinada. Alguns dias depois do laudo do Instituto de Saúde afirmava com relação ao produto levado aos seus laboratórios: "Contém giardia e cistos".

O governador José Ornellas instituiu uma comissão formada por professores da UnB e técnicos do Instituto. Da UnB, participaram os professores Isaak Roitman, da Microbiologia, e Cubas Cubas, do Departamento de Parasitologia. No dia 11 de outubro de 84, o diretor de Administração e Planejamento da Caesb, Luis Martius Bezerra deu uma entrevista coletiva dizendo que "a água de Brasília atende aos padrões internacionais, obedecendo às normas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde. Seu índice Coli é zero, o que determina a sua pureza bacteriológica".

Sua entrevista veio colocar fim à polêmica. Técnicos da Caesb e do Instituto de Saúde frisarão, na ocasião, que a amostra analisada da UnB era isolada. Técnicos do Instituto de Saúde afirmam que as análises de dois anos atrás não valem mais para hoje. Animais e o próprio homem podem ter contaminado os reservatórios. "Pode até ter havido um furo próximo à rede de esgoto", observa a bióloga Nelma.

O professor José Dória, o primeiro a denunciar a impureza da água, ressalta o fato de que na época da polêmica ele passou por "bobo". "Não julgaram o laudo de fato e parece que saímos como mentirosos", salienta. O professor Cubas Cubas, do Departamento de Parasitologia, não quis falar ontem à reportagem alegando que se encontra de férias. "Fui apenas designado para participar da comissão da época e é o Governo que defe falar, já que ele possui o laudo", concluiu.

As partículas coliformes fecais encontradas na água do Distrito Federal não causam grandes problemas às pessoas. Segundo informações do Secretário Executivo da Fundação Hospitalar do DF, Gustavo Ribeiro, as consequências são mínimas. "Não há nada que alarme excessivamente a população, já que essas partículas só causam diarreia e pequenos distúrbios gastro-intestinais". Dr. Ribeiro acrescentou que nesse caso os mais prejudicados são as crianças que têm de 0 a 2 anos de idade.